Central Eólica Santo Inácio III S.A

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Página 1/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Sumário

Relatório da administração 3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais 4
Balanços patrimoniais 9
Demonstrações do resultado 10
Demonstrações do resultado abrangente 11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
1 - Contexto operacional 14
2 - Base de preparação e apresentação 14
3 - Caixa e equivalentes de caixa 20
4 - Aplicações financeiras 21
5 - Contas a receber 21
6 - Imobilizado 22
7 - Tributos a recolher sobre o lucro 22
8 - Financiamentos 23
9 - Arrendamentos 25
10 - Provisão para compromissos futuros 26
11 - Patrimônio líquido 27
12 - Transações com partes relacionadas 28
13 - Receita líquida 28
14 - Custos e despesas operacionais 29
15 - Resultado financeiro 29
16 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos 30
17 - Cobertura de seguros 33
18 - Compromissos 33
19 - Efeitos do COVID 34
20 - Informações complementares ao fluxo de caixa 34

Página 2/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A Central Eólica Santo Inácio III S.A. registrou uma receita líquida de R$28,8 milhões em 2021, o que refletiu a venda de energia do contrato de longo prazo e as operações de venda de curto prazo. As compras de energia totalizaram R$1,7 milhões, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, alcançou R$21,1 milhões (margem EBITDA de 73%) e o lucro líquido R$9,4 milhões (margem líquida de 33%).

Belo Horizonte, 24 de março de 2022.

DIRETORIA:

Christian Maciel Luz
Diretor Técnico

Henrique Silva Schuffner
Diretor Administrativo

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Santo Inácio III S.A
Icapuí - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Santo Inácio III S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Santo Inácio III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 12 às

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Página 4/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Página 5/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Página 6/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Balanços patrimonias

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, em milhares de reais.

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.924	20.675
Aplicações financeiras	4	2.288	1.278
Contas a receber	5	4.335	13.582
Tributos a Recuperar		179	253
Outros ativos		198	141
Total do ativo circulante		**42.924**	**35.929**
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	3.643	2.989
Imobilizado	6	138.948	147.339
Intangível		758	177
Total do ativo não circulante		**143.349**	**150.505**
Total do ativo		**186.273**	**186.434**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		576	608
Tributos a recolher sobre o lucro	7	433	644
Dividendos a Pagar	11	2.243	1.206
Financiamentos	8	3.177	3.100
Arrendamentos	9	314	307
Provisão para compromissos futuros	10	125	77
Outros Passivos com Partes Relacionadas		200	-
Outros passivos		195	360
Total do passivo circulante		**7.263**	**6.302**
Não circulante			
Financiamentos	8	54.275	57.221
Arrendamentos	9	3.597	3.348
Provisão para compromissos futuros	10	4.047	4.338
Total do passivo não circulante		**61.919**	**64.907**
Total dos passivos		**69.182**	**71.209**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		108.726	108.726
Reserva de lucros		8.365	6.499
Lucros (Prejuízos) Acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		**117.091**	**115.225**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**186.273**	**186.434**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 7/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	13	**28.777**	**24.680**
Energia elétrica comprada para revenda		(1.700)	(1.980)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.288)	(1.201)
Depreciação e amortização		(7.449)	(7.646)
Outros custos com geração de energia		(4.194)	(4.123)
Total dos custos operacionais	14.a	**(14.631)**	**(14.950)**
Lucro bruto		**14.146**	**9.730**
Despesas gerais e administrativas	14.b	(475)	(498)
Total das despesas operacionais		**(475)**	**(498)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**13.671**	**9.232**
Receitas financeiras	15	2.426	2.219
Despesas financeiras	15	(5.031)	(4.886)
Resultado antes dos impostos		**11.066**	**6.565**
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(1.621)	(1.489)
Lucro liquido do exercicio		**9.445**	**5.076**
Lucro líquido por ação – R$	11	0,000087	0,000047
Quantidade média ponderada de ações(em milhares)		109.160.146	109.160.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 8/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	9.445	5.076
Total do resultado abrangente do exercício	**9.445**	**5.076**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 9/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Em 31 de dezembro de 2019		**108.726**	**160**	**749**	**1.720**	**-**	**-**	**111.355**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.076	5.076
Constituição Reserva Legal		-	254	-	-	-	(254)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.206)	(1.206)
Reservas de retenção de lucros		-	-	-	3.616	-	(3.616)	-
Em 31 de dezembro de 2020		**108.726**	**414**	**749**	**5.336**	**-**	**-**	**115.225**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.445	9.445
Constituição Reserva Legal		-	472	-	-	-	(472)	-
Dividendos extraordinários		-	-	-	(5.336)	-	-	(5.336)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.243)	(2.243)
Reservas de retenção de lucros		-	-	-	-	6.730	(6.730)	-
Em 31 de dezembro de 2021	11	**108.726**	**886**	**749**	**-**	**6.730**	**-**	**117.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 10/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixas das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**9.445**	**5.076**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	6	7.449	7.646
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		5.027	4.884
Imposto de renda e contribuição social	7	1.621	1.489
		23.542	**19.095**
(Aumento) Redução de Ativos			
Contas a receber	5	9.247	(1.986)
Tributos a recuperar		(204)	424
Outros ativos		(57)	(30)
		8.986	**(1.592)**
(Redução) Aumento de Passivos			
Tributos a recolher sobre o lucro	7	-	(452)
Outros Passivos com Partes Relacionadas		200	-
Outros passivos		(197)	144
		3	**(308)**
Caixa gerado pelas operações		**32.531**	**17.195**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.554)	(603)
Juros pagos	8	(4.184)	(4.480)
Pagamento compromissos futuros	10	(43)	(98)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**26.750**	**12.014**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	4	(1.664)	2.033
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(1.664)**	**2.033**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	8	(2.981)	(2.765)
Pagamentos de arrendamentos	10	(314)	(313)
Pagamento de dividendos	11	(6.542)	(574)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		**(9.837)**	**(3.652)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**15.249**	**10.395**
No início do exercício	3	20.675	10.280
No fim do exercício	3	35.924	20.675
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**15.249**	**10.395**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 11/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Companhia" ou "EOL Santo Inácio III"), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 5.873 de 07 de junho de 2016, que autoriza a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica - EOL Santo Inácio III, localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará. Em 29 de setembro de 2020, a EOL Santo Inácio III obteve a extensão da concessão, por meio da emissão da resolução autorizativa nº 9.242, para 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 5.873, com vencimento em maio de 2051.

A EOL Santo Inácio III possui, em conjunto com Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV") o projeto do Parque Eólico de Santo Inácio. A implantação do parque ocorreu no município de Icapuí, estado do Ceará, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 99 MW e energia assegurada de 44 MW médios.

A EOL Santo Inácio III é constituída por 14 (quatorze) unidades geradoras de 2.100 kW (dois mil e cem quilowatts) cada, e tem 29.400 kW de Potência Instalada e 28.518 kW de Potência Líquida.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu, em novembro de 2017, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio, sob despacho nº 4.039, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") com um único cliente. O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Complexo Santo Inácio.

2 - Base de preparação e apresentação

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 24 de março de 2022, a Diretoria da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Página 12/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

2.2 - Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, as quais possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 5 e 14 - Fornecimento não faturado de energia elétrica – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- Nota 6 - Depreciação – taxa de depreciação: alteração de taxa de depreciação da ANEEL;
- Nota 6 - Recuperabilidade dos ativos – teste de redução ao valor recuperável de ativo: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 10 - Arrendamentos – taxa de descontos: risco de inflação da premissa utilizada; e
- Nota 11 - Provisão para compromissos futuros - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos.

Página 13/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

(i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo

Página 14/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Página 15/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

d) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

(i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

(ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 6.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há contingências classificadas como risco de perda provável ou possível.

Provisões para compromissos futuros

De acordo com o CPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da

Página 16/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação em contrapartida passivo – compromissos futuros e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. A partir do ano-calendário 2019, a provisão para tributos sobre o lucro, calculada individualmente por entidade da Companhia, passou a ser efetuada com base na sistemática fiscal do lucro presumido, de recolhimento trimestral.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de caixa.

g) Resultado financeiro

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre financiamentos e arrendamentos, juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

h) Receita de contratos com clientes

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia aufere receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

i) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da

Página 17/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

j) Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à reserva de lucro, denominada reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota 7 b) (1).

k) Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como "imobilizado" e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

2.6 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12)
(c) Outras Normas.
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Página 18/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos de bancos resgatáveis a qualquer momento, como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	32	27
Aplicações financeiras	35.892	20.648
	35.924	**20.675**

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI que variam entre 99% e 105,2% em 2021 (entre 99% e 121% em 2020), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 17.

4 - Aplicações financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras em conta reserva do serviço da dívida	5.931	4.267
	5.931	**4.267**
Classificadas como:		
Ativo circulante	2.288	1.278
Ativo não circulante	3.643	2.989
	5.931	**4.267**

Para cumprir com as obrigações determinadas no contrato de financiamento com o BNDES, a Companhia mantém em conta reserva do serviço da dívida três vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES e à Companhia prestadora dos serviços de operação e manutenção (O&M) do parque eólico. Os valores são debitados mensalmente nessa conta e posteriormente o recomposto pela Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 105,2% em 2021 (entre 99% e 121% em 2020) conforme definido na contratação de cada operação.

5 - Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e (d).

	31/12/2021	31/12/2020
Industrial ou equivalente	1.426	773
Suprimento a outras concessionárias	484	1.051
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.425	11.758

Página 19/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

4.335	**13.582**

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 16.

6 - Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b) e (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo com desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Terrenos	TOTAL
Custo de aquisição						
Em 31/12/2019	**4.512**	**4.146**	**155.081**	**3.133**	**2.925**	**169.797**
Adições	-	-	-	-	801	801
Baixas	(500)	-	-	-	-	(500)
Em 31/12/2020	**4.012**	**4.146**	**155.081**	**3.133**	**3.726**	**170.098**
Adições	-	2	-	-	291	293
Baixas	(1.339)	-	-	-	-	(1.339)
Em 31/12/2021	**2.673**	**4.148**	**155.081**	**3.133**	**4.017**	**169.052**
Depreciação acumulada						
Em 31/12/2019	**(64)**	**(306)**	**(14.530)**	**(222)**	**(109)**	**(15.231)**
Adições	(168)	(145)	(6.973)	(110)	(132)	(7.528)
Em 31/12/2020	**(232)**	**(451)**	**(21.503)**	**(332)**	**(241)**	**(22.759)**
Adições	(121)	(133)	(6.866)	(99)	(126)	(7.345)
Em 31/12/2021	**(353)**	**(584)**	**(28.369)**	**(431)**	**(367)**	**(30.104)**
Líquido em 31/12/2020	**3.780**	**3.695**	**133.578**	**2.801**	**3.485**	**147.339**
Líquido em 31/12/2021	**2.320**	**3.564**	**126.712**	**2.702**	**3.650**	**138.948**
Taxa média de depreciação	**4,52%**	**3,42%**	**4,50%**	**3,67%**	**3,25%**	**4,43%**

a) Em 31 de dezembro de 2021, após a Companhia realizar as análises necessárias acerca de indicadores de *impairment*, concluiu que não há indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos.

7 - Tributos a recolher sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (f).

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	269	477
Contribuição social	164	167
	433	**644**

Página 20/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

a) Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para o exercício de 2021 e 2020, conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	**32.005**	**24.824**
Presunção imposto de renda - 8% (i)	2.560	1.986
Presunção contribuição social – 12% (ii)	3.841	2.979
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	1.922	2.182
Base de cálculo do Imposto de Renda (i) + (iii)	**4.482**	4.168
Imposto de renda – 15%	672	625
Adicional de Imposto de renda – 10%	430	400
Subtotal de IRPJ	**1.102**	**1.025**
Total de IRPJ (iv)	**1.102**	**1.025**
Base de cálculo da Contribuição Social (ii) + (iii)	**5.763**	**5.161**
Contribuição social – 9%	519	464
Total de CSLL (v)	**519**	464
Imposto de renda e Contribuição social (iv) + (v)	**1.621**	**1.489**

8 - Financiamentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

A composição dos financiamentos é como segue:

	Vencimento	Encargos Anuais médios (%)	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R$	57.452	60.321
				57.452	**60.321**
Classificadas como:					
Passivo circulante				3.177	3.100
Passivo não circulante				54.275	57.221
				57.452	**60.321**

Finem BNDES

Em 08 de dezembro de 2017, a Companhia assinou, em conjunto com as demais centrais eólicas Santo Inácio III, Santo Inácio IV e São Raimundo, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº17.2.0274.1 e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças Nº 17.2.0274.2, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico, possui volume financeiro de R$52.374, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP +

Página 21/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

2,48% ao ano. Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento para permitir a incorporação da Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A. pela Aliança Geração de Energia S.A. e redistribuir obrigações contratuais. Em 28 de junho de 2019 foi assinado o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento para desconstituição de garantias de penhor de ações e penhor de máquinas e, em ato contínuo, constituí-las novamente por meio do "Contrato de Penhor de Ações Nº17.2.0274.3" e do "Contrato de Penhor Máquinas e Equipamentos e Outras Avenças Nº17.2.0274.4", assinados na mesma data, para permitir o compartilhamento de garantias entre o BNDES e os debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança Geração de Energia S.A., nos termos do "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças Nº 17.2.0274.5."

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações das SPEs, (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iii) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (iv) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs, (v) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (viii) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e (ix) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e auditado anualmente com base nos valores apurados das demonstrações financeiras combinadas das SPEs dos últimos doze meses a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Em 13 de abril de 2021 o BNDES declarou, no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº17.2.0274.1 e aditivos, a Conclusão do Projeto Complexo Santo Inácio, permitindo a distribuição de dividendos acima do mínimo legal de 25% do lucro líquido ajustado dos exercícios anteriores.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação dos financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**63.050**
Encargos financeiros provisionados	4.516
Amortização do principal	(2.765)
Pagamento de juros	(4.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**60.321**
Encargos financeiros provisionados	4.296
Amortização do principal	(2.981)
Pagamento de juros	(4.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**57.452**

Referente a movimentação dos financiamentos no ano de 2021, apenas o montante de R$4.296 (R$4.516 em 31 de dezembro de 2020) não teve efeito de caixa.

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2021	31/12/2020

Página 22/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

TJLP	5,32%	4,55%

O vencimento dos financiamentos apresentado no passivo não circulante é conforme segue:

Vencimento	
2023	3.337
2024	3.596
2025	3.874
2026	5.518
2027	5.518
2028 a 2032	27.590
2033 a 2034	4.842
	54.275

9 - Arrendamentos

Veja as políticas contábeis nas notas explicativas 2.5a e 2.5k.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamento a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

	Vencimento	**Taxa**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Arrendamento terrenos	30/06/2051	7,67%	3.911	3.655
			3.911	**3.655**
Classificadas como:				
Passivo circulante			314	307
Passivo não circulante			3.597	3.348
			3.911	**3.655**

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de janeiro de 2019	**2.901**
Adições	801
Pagamento de arrendamento	(313)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	266
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.655**
Adições	292
Pagamento de arrendamento	(314)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	278
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.911**

Referente a movimentação do arrendamento no ano de 2021, apenas o montante de R$314 (R$313 em 31 de dezembro de 2020) teve efeito de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, o vencimento dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Vencimento

Página 23/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

2023	292
2024	272
2025	252
2026	234
2027	217
2028 a 2032	875
2033 a 2037	604
2038 a 2051	851
	3.597

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 7,67%. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

10 - Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (e).

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

Saldo em 31/12/2019	**4.945**
Adições / (Baixas)	(534)
Pagamentos	(98)
Atualização	102
Saldo em 31/12/2020	**4.415**
Adições / (Baixas)	(653)
Pagamentos	(43)
Atualização	453
Saldo em 31/12/2021	**4.172**

	31/12/2020	**31/12/2020**
Passivo circulante	125	77
Passivo não circulante	4.047	4.338
	4.172	**4.415**

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, consequentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo CPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

Página 24/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 7,50%.

A taxa média de projeção do fluxo do desmantelamento é de 3,51%.

11 - Patrimônio líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (j).

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$108.726 (R$108.726 em 31 de dezembro de 2020), representado por 109.160.146 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2021		31/12/2020	
Acionista	**Capital R$**	**Ações**	**Capital R$**	**Ações**
Aliança Geração Energia S.A.	108.726	109.160.146	108.726	109.160.146

b) Reserva de lucro

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Em 2021, o saldo dessa reserva é de R$886 (R$414 em 31 de dezembro de 2020), conforme a seguir:

Lucro líquido do exercício 2021	**9.445**
Reserva legal (5% LPA)	**472**
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2019	160
Constituição da reserva legal em 2020	254
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2020	**414**
Constituição da reserva legal em 2021	472
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2021	**886**

Reserva de retenção de lucros

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 2021, o montante R$5.336 foi pago a título de dividendos extraordinários.

Dividendos adicionais propostos

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios foram transferidos para a Reserva de Lucros.

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	9.445

Página 25/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Constituição da reserva legal	(472)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.243)
Dividendos adicionais propostos	**6.730**

c) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	9.445	5.076
Média ponderada das ações (ações em milhares)	109.160.146	109.160.146
Lucro básico por ação (em R$)	0,000087	0,000047

12 - Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são controladora, acionistas, suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Aliança Geração de Energia S.A. (a)	3	-	2.323	1.226	55	20	655	293
Grupo Vale (b)	1.907	1.824	-	-	26.510	25.567	-	-
Grupo Cemig (c)	-	-	11	-	-	-	87	86
Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (d)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Central Eólica Garrote S.A. (d)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Central Eólica São Raimundo S.A. (d)	-	-	200	164	-	-	902	868
	1.910	**1.824**	**2.534**	**1.390**	**26.565**	**25.587**	**1.640**	**1.247**

(a) Referem-se a prestação de serviços com *backoffice*, dividendos a pagar e venda de energia.
(b) Refere-se a venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes.
(c) Referem-se aos custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão).
(d) Referem-se aos reembolsos de custos com O&M.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Empresas.

13 - Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h).

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Página 26/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica – Industrial e equivalente	17.034	20.498
Fornecimento bruto de energia elétrica – Suprimentos a outras concessionárias	9.700	5.181
Transações com energia na CCEE	7.037	3.909
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(4.994)	(4.908)
	28.777	**24.680**

a) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos sobre a receita		
PIS	(195)	(167)
COFINS	(899)	(771)
ICMS - ST	(3.803)	(3.880)
	(4.897)	**(4.818)**
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(97)	(90)
	(97)	**(90)**
	(4.994)	**(4.908)**

14 - Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a) Custos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e amortização	(7.449)	(7.646)
Operação e manutenção	(2.510)	(2.366)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.700)	(1.980)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.288)	(1.201)
Serviços de terceiros	(1.013)	(798)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(671)	(959)
	(14.631)	**(14.950)**

b) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(367)	(395)
Outros	(108)	(103)
	(475)	**(498)**

15 - Resultado financeiro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		

Página 27/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Rendimentos de aplicações financeiras	1.525	535
Receita financeira - CCEE	901	1.664
Outras receitas financeiras	-	20
	2.426	**2.219**
Despesas financeiras		
Encargos de financiamentos	(4.296)	(4.516)
Juros de arrendamentos	(278)	(266)
Variações monetárias	(453)	(102)
Outras despesas financeiras	(4)	(2)
	(5.031)	**(4.886)**
	(2.605)	**(2.667)**

16 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, financiamentos e contas a receber e a pagar com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores e empréstimos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

A Companhia considerou o valor justo de seus instrumentos financeiros como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contábil	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	35.924	35.924	20.675	20.675
Aplicações financeiras	5.931	5.931	4.267	4.267

Página 28/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Contas a receber	4.335	4.335	13.582	13.582
	46.190	**46.190**	**38.524**	**38.524**
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	576	576	608	608
Financiamentos	57.452	63.584	60.321	84.065
Arrendamentos	3.911	3.911	3.655	3.655
	61.939	**68.071**	**64.584**	**88.328**

Devido ao ciclo de curto prazo, o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, arrendamentos é correspondente ao seu valor contábil.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos e arrendamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2021. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos (Nota nº 8) indexado à variação do TJLP.
As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a TJLP acumulada para os financiamentos será de 5,32%, e para as aplicações financeiras o CDI será de 10,96%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para:

	31/12/2021			
	Valor Contábil	**Cenário Base CDI 10,96%**	**Cenário I CDI 13,70%**	**Cenário II CDI 16,44%**
Ativo				
Aplicações financeiras (notas nº 3 e 4)	41.823	46.407	47.553	48.699
Ativo líquido exposto	**41.823**	**46.407**	**47.553**	**48.699**
Efeito no resultado		4.584	5.730	6.876

Página 29/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

	31/12/2021 Valor Contábil	Cenário Base TJLP %	Cenário I TJLP %	Cenário II TJLP 0%
Passivo				
Financiamentos (nota nº 8)	(57.452)	(60.508)	(61.273)	(62.037)
Passivo líquido exposto	**(57.452)**	**(60.508)**	**(61.273)**	**(62.037)**
Efeito no resultado		(3.056)	(3.821)	(4.585)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**1.528**	**1.909**	**2.291**

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores e financiamentos, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	576	-	-	-	-	**576**
Financiamentos	618	1.269	1.290	37.052	17.223	**57.452**
Arrendamento	27	52	235	1.266	2.331	**3.911**
	1.221	**1.321**	**1.525**	**38.318**	**19.554**	**61.939**

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Página 30/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.
Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	35.924	20.675
Aplicações financeiras	5.931	4.267
Contas a receber	4.335	13.582
Total da exposição	**46.190**	**38.524**

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

17 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais no montante de R$173.358 e de responsabilidade civil no montante de R$8.940, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

18 - Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Compromissos referentes à implantação do Projeto Eólico

Página 31/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

a) A Companhia assinou em 2017 um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R$15.093. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui uma expectativa de desembolso de R$8.894.

b) A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R$3.911.

19 - Efeitos do COVID

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da atividade produtiva e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

Ciente da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, a Companhia fechou temporariamente o acesso aos escritórios, adotando o regime de Home Office. Nas unidades produtivas foi adotado um regime especial de trabalho mantendo-se apenas as atividades estritamente necessárias à continuidade da operação das Usinas.

Não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação dos projetos da Companhia, uma vez que durante o ano de 2021: (i) Outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); (ii) Pareces de Acesso para conexão na rede básica nacional emitidas pelo ONS; (iii) Licenças Ambientais de Implantação (LI); e (iv) contratação dos principais fabricantes e fornecedores.

A Companhia considera que estas ações servirão para minimizar os impactos do COVID-19 e entende que não há considerações relevantes a serem realizadas referentes a suas previsões relacionados aos testes de recuperabilidade de seus ativos, quebras de covenants ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

Portanto, no que se referem às demonstrações financeiras, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia ao risco de crédito de clientes e os impactos no setor elétrico; (iv) sensibilizou premissas do teste do valor recuperável de ativos e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.

20 - Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa foram as seguintes:

Objeto	31/12/2021	31/12/2020
Reversão provisão para compromisso futuro – desmantelamento	1.339	34
Provisão para compromisso futuro - licenças ambientais	686	500
Arrendamentos	292	801

*****

Diretoria

Página 32/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

037.114.516-32
CHRISTIAN MACIEL LUZ
03/05/2022 às 15:24

Christian Maciel Luz
Diretor Técnico

4910fcdaedc2be5c5f05533b7a9cb8c2 - Assinado Digitalmente

088.352.936-00
HENRIQUE SILVA SCHUFFNER
28/04/2022 às 14:42

Henrique Silva Schuffner
Diretor Administrativo

0a7d7a81e8e3a20e4c34748e98ef45f6 - Assinado Digitalmente

Responsável Técnico

014.506.226-07
Rafael Lisboa Fernandes
28/04/2022 às 14:22

4dcfbc057e2ae8589f9bbd98b591c50a - Assinado Digitalmente

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

Página 33/34 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0159654 e senha: B693D4hR

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:

Confira através da internet:
Passo 1 - Acesse o site:
https://assinarweb.com.br/alianca/verificar
Passo 2 - Digite o login: 0159654
Passo 3 - Digite a senha: B693D4hR